

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2017

Modalidade: Pregão Eletrônico nº.002/2017.

Objeto: É objeto desta licitação a contratação de “solução integrada de gestão de documental e de processos eletrônicos com uso de certificados digitais” com fornecimento *de licença de uso de portal de assinaturas eletrônicas web para documentos eletrônicos e documentos digitalizados*, conforme Termo de Referência.

Prazo: 12 (doze) meses.

Fundamento: Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1.766/2006 e Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.443/2008 e Lei nº 10.926/2010 (Lei Geral Municipal da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de Uberaba).

Recebimento das propostas por meio eletrônico: a partir das 12 horas do dia 15/05/2017 às 8h59min do dia 30/05/2017.

Abertura das propostas por meio eletrônico: às 9 horas do dia 30/05/2017.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14 horas do dia 31/05/2017.

Valor global estimado da Licitação : R\$ 513.916,67 (quinhentos e treze mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

Fonte de Recursos: Próprios.

O Edital deste processo licitatório, bem como outros documentos pertinentes ao mesmo, pode ser baixado pelo link: --

http://www.codiub.com.br/codiub/acervo/pregao/pregao_eletronico_002_2017.pdf

Salientamos que este edital também está disponível no Portal de Compras Eletrônico - LICITANET: <www.licitanet.com.br>.

Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (34) 3319-6914 e/ou e-mail: <licitacao@codiub.com.br>.

Uberaba/MG, 08 de maio de 2017.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - Codiub
Denis Silva de Oliveira
Diretor Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2017

Encontra-se aberta na Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – Codiub, situada na Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, CEP 38061-080, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL**, com a finalidade de selecionar propostas, objetivando a contratação de “solução integrada de gestão de documental e de processos eletrônicos com uso de certificados digitais” com fornecimento *de licença de uso de portal de assinaturas eletrônicas web para documentos eletrônicos e documentos digitalizados*, conforme Termo de Referência. Regem a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

Recebimento das propostas por meio eletrônico: a partir das 12 horas do dia 15/05/2017 às 8h59min do dia 30/05/2017.

Abertura das propostas por meio eletrônico: às 9 horas do dia 30/05/2017.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14 horas do dia 31/05/2017.

Valor estimado mensal da Licitação : R\$ 513.916,67 (quinhentos e treze mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

I – DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto desta licitação a contratação de “solução integrada de gestão de documental e de processos eletrônicos com uso de certificados digitais” com fornecimento *de licença de uso de portal de assinaturas eletrônicas web para documentos eletrônicos e documentos digitalizados*, conforme Termo de Referência.

II - DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA:

2.1 - O licitante vencedor do certame deverá comparecer na Administração da Codiub, para assinar o competente Termo de Contrato, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de convocação.

2.1.1 - O instrumento contratual será encaminhado ao adjudicatário somente se houver motivo relevante, devidamente justificado e as suas expensas.

2.1.2 - O não atendimento à convocação, para a assinatura do contrato, no prazo fixado, implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando, ainda, a empresa

adjudicatária às sanções legais, conforme previsto no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

2.1.3 - Havendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado à Codiub convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

2.2.1 - O prazo máximo para instalação da solução será de no máximo 30 (trinta) dias, corridos, após a data do recebimento da Ordem de Serviço.

2.2.2 - A Ordem de Serviço só será encaminhada, após a assinatura do respectivo Contrato.

2.3 - O prazo do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, na hipótese do § 4º do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

III - DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

3.1 - Na hipótese de descumprimento das normas deste Edital ou da inexecução total ou parcial do serviço, a CODIUB, garantido a apresentação de prévia defesa, aplicará à licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, as seguintes sanções:

a) - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codiub por um prazo de até 05 (cinco) anos.

b) - Multa, na seguinte forma:

b.1) - 0,2% (dois décimos por cento) do valor total, por dia, que ultrapassar o prazo previsto para entrega dos mesmos, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso.

b.2) - Na hipótese de descumprimento das exigências referentes às especificações técnicas, ou de quaisquer disposições deste Edital, bem assim, atraso superior a 15 (quinze) dias, a empresa vencedora ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor da Ordem de Serviço correspondente ao objeto.

b.3) - As multas que se referem os itens b.1 e b.2, uma vez aplicadas e para efeito de cobrança, serão automaticamente deduzidas do pagamento à credora.

b.4) - As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes.

3.2 - A sanção estabelecida na letra "a" do subitem 3.1 poderá ser aplicada juntamente com a da letra "b" e subitens, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco)

dias úteis.

3.2.1 - A sujeição da aplicação das penalidades ao exercício do contraditório não impede a Codiub de, a bem do interesse público, rescindir o contrato de forma unilateral e imediata, ocasião em que a defesa e o recurso administrativo não terão efeito suspensivo.

3.2.2 - Os recursos contra a penalidade de multa e suspensão de contratação terão efeito suspensivo.

3.3 - Os referidos valores das multas serão fixados em reais e atualizados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE) na data de sua liquidação.

3.4 - Sem prejuízo do exercício do contraditório, as penalidades previstas neste edital poderão deixar de ser aplicadas, pela metade, caso o CONTRATADO demonstre que promoveu atos que reduziram efetivamente os danos resultantes de sua conduta, ou, ainda, no caso de culpa recíproca.

3.4.1 - Se a redução dos danos for completa, as penalidades poderão ser reduzidas em até 2/3 (dois terços).

3.5 - A demonstração dos fatos ensejadores da penalidade, bem como da redução a que se referem os itens 3.4 e 3.4.1, serão efetuadas em procedimento próprio e posteriormente submetidas à análise da Procuradoria da Codiub, para recomendação das providências legais cabíveis.

IV - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto ora licitado, que preencherem as condições constantes deste Edital.

4.2 - Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto, ora licitado.

4.3 - Não será permitido a participação de empresas reunidas em consórcio, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.4 - É vedada a participação de pessoas:

- a) - Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- b) - Sob processo de falência ou recuperação judicial (Lei Federal nº 11.101/2005);
- c) - Impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.5 - As pessoas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item 6.3 deste Edital.

4.6- Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original,

por qualquer processo de cópia (exceto por fac-símile) autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.7 - O licitante deverá estar devidamente cadastrado junto à **Plataforma de Pregão Eletrônico - LICITANET**, no sítio: <www.licitanet.com.br>, e com o consequente credenciamento junto ao aplicativo da mesma, denominado **HABILITA-NET**, no máximo, até 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão da sessão de disputa de preços.

4.7.1 - A habilitação dos licitantes deverá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral prevista na Cláusula V deste Edital, no aplicativo **HABILITA-NET**, no máximo, até 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão da sessão de disputa de preços, exceto se já tiver o CRC, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

4.7.2 - O credenciamento do licitante *no prazo supracitado*, junto ao **HABILITA-NET** é *conditio sine qua non* para sua efetiva habilitação na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

4.7.3 - Para a habilitação neste Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no aplicativo **HABILITA-NET**, *no prazo constante no item 4.7*, devendo cadastrar todos os documentos que se encontram elencados na Cláusula V - "Da Habilitação" ou o CRC expedido por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, se houver.

4.7.4 - O cadastramento dos licitantes efetuado antes da realização do Pregão poderá agilizar os trabalhos, dando celeridade ao processo, cuja conclusão do resultado poderá ocorrer após a realização da disputa.

4.8 - O custo de operacionalização pelo uso da plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do (s) licitante (s), que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 165,41	R\$ 211,58	R\$ 288,71	R\$ 407,15

4.9 - O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do artigo 5º da Lei Federal nº 10.520/2002.

4.10 - DA PARTICIPAÇÃO

4.10.1 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados data e horários limites estabelecidos.

4.10.2 - Caberá ao licitante acompanhar atentamente as operações na plataforma eletrônica durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela plataforma ou da desconexão;

4.10.3 - Qualquer dúvida em relação ao acesso na plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo **Suporte: (34) 3014 -6633 - (34) 99807-6633 (plantão 24hs.)** ou pelo **e-mail: <contato@licitanet.com.br>**.

V - DA HABILITAÇÃO:

5.1 - Encerrada a etapa de lances, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar os documentos, conforme descritos abaixo, **encadernados ou grampeados em pasta própria e numerados.**

5.2 - RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.2.1 - Cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.

5.2.1.1 - Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.

5.2.2 - Tratando-se de sociedade anônima, cópia da publicação no Diário Oficial da Ata da Assembleia que aprovou o estatuto e elegeu os atuais administradores e da certidão de arquivamento na repartição competente.

OBSERVAÇÃO:

- O ramo de atividade constante do objeto social deverá ser compatível ao objeto ora licitado.

5.3 - RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.3.1 - Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município do seu domicílio;

5.3.2 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.3.3 - Certidão Conjunta negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

5.3.4 - Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a

Fazenda Pública Estadual;

5.3.5 - Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

5.3.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

5.4 - RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.4.1 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

5.4.2 – Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

5.4.2.1 – Na sociedade empresária regida pela Lei nº 6.404/1976, sociedade anônima ou por ações:

5.4.2.1.1 Publicados em Diário Oficial; ou

5.4.2.1.2 Publicados em Jornal de grande circulação; ou domicílio do licitante:

OBSERVAÇÃO: As demonstrações contábeis compreendem: DLPA (Demonstração dos lucros e Prejuízos Acumulados) e DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

5.4.3 Para sociedades criadas no exercício em curso:

5.4.3.1 – Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

OBSERVAÇÃO: O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5.4.3.1.2 Nos demais casos:

5.4.3.1.3 Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente;

5.4.3.1.4 Para as empresas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital (ECD) e transmiti-la ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a comprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis se dará por meio de apresentação do Livro Diário Eletrônico, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, com o respectivo comprovante de entrega de ECD ao SPED Contábil, juntamente com o termo de autenticação eletrônica realizada pela Junta Comercial respectiva.

a) As Micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional poderão opcionalmente, apresentar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamento próprio.

5.4.3.2 A boa situação financeira do licitante será feita de forma objetiva, mediante cálculo de índices contábeis resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}} \geq 1$$

Índice de Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}} \geq 1$$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES:

A Administração precisa ter ciência dos riscos da contratação, uma vez que não pode, por sua própria conta avaliar, informar e decidir por determinada sociedade. O Processo licitatório, no entanto, além de considerar a contratação mais vantajosa para a Codiub em termos financeiros, não pode deixar de lado a responsabilidade de correr riscos de inadimplência trazendo prejuízos incalculáveis não só ao erário, como também à moral administrativa e aos consumidores finais do serviço contratado.

A análise financeira é tarefa bastante complexa e de fundamental importância numa sociedade moderna. Para se proceder à análise, é necessário decompor em todas as partes examinando em busca de explicações, ou de alguma característica ou anormalidade que se pretende identificar. Cada índice estabelecido no edital tem sua importância e objetivo.

Ao estipular tais índices, a Codiub busca, garantindo uma concorrência entre licitantes que tenham plena capacidade de adimplir com as obrigações a serem contratadas.

5.4.3.3 - O licitante deverá demonstrar, preferencialmente em planilhas, os cálculos utilizados para obtenção dos índices exigidos no subitem 5.4.3.2;

5.4.3.4 - Caso o memorial não seja apresentado, a Pregoeira se reserva ao direito de efetuar os cálculos;

5.4.3.5 - O licitante que no aspecto financeiro-econômico, apresentar em relação a qualquer dos índices de liquidez solicitados, resultado inferior a 01(um), deverá apresentar comprovação de Capital Social integralizado ou o valor do patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor de referencia da licitação.

5.4.4 - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou cópia autenticada desta, expedida pelo Cartório de Distribuição da Comarca da sua sede, com data atualizada, o que deverá ser de, no máximo, 90 (noventa) dias de antecedência à data da disputa.

5.5- RELATIVO Á QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.5.1- Comprovada com atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove haver prestado, ou estar prestando serviços pertinentes e compatíveis com o objeto do presente edital em tipos de equipamentos, que deverá(ão) atestar a qualidade da prestação do serviço e da inexistência de qualquer fato desabonador em relação à licitante, ficando reservado à CODIUB o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos.

5.5.2 - O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada por serviço de cartório de notas, assinados por autoridades ou representante de quem o expediu, com a devida identificação.

5.6 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

5.6.1 - Declaração formal de que o licitante não possui em seu quadro pessoal, menor de dezoito anos, empregado ou associado realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho, menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (Lei Federal nº 9.854/1999). (Modelo no Anexo IV do Edital).

5.6.2 - Quando se tratar de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – declaração apresentada pelo representante Legal da Empresa afirmando que a mesma se enquadra no regime favorecido e diferenciado das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (Modelo no Anexo III do Edital).

5.6.3 - Declaração formal do licitante afirmando não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por força da vedação imposta pelo artigo 18, inciso XII, da Lei Federal nº 12.708/2012. (Modelo no Anexo V do Edital).

5.6.4 - É facultado ao (à) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, visando verificar e comprovar a veracidade da declaração prevista no subitem anterior, consultar e exigir dos licitantes, documentos pertinentes a tal constatação, bem como realizar outras diligências necessárias e voltadas para este fim.

5.7 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A HABILITAÇÃO:

5.7.1 - Os documentos constantes dos subitens 5.2. ao 5.3 **poderão ser substituídos** pelo Certificado de Registro Cadastral (CRC), com as certidões devidamente atualizadas, expedido por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, em vigor na data da abertura do envelope comprobatório da habilitação, ou os documentos exigidos nos artigos 28 e 29 da Lei 8.666/93.

5.7.2 - Os documentos referidos neste item (5) poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada, sendo que, após examinados e rubricados pela Comissão, serão anexados ao processo desta licitação, não sendo aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade expirado.

5.7.3 - Caso algum documento seja emitido via *internet*, não será necessária a sua autenticação, uma vez que será efetuada a devida conferência, pela Comissão, no *site* do órgão competente.

5.7.4 - Caso a pessoa proclamada como vencedora do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desqualificada, podendo ser aplicadas às penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada, então, segunda ordem de classificação, a próxima classificada.

5.7.5 - A comprovação de regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte somente será exigida conforme estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.6 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.7.6.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do momento em que for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Uberaba, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.7.6.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a

licitação.

5.8 - DO CADASTRO NO HABILITA-NET

5.8.1 - O HABILITA-NET constitui um aplicativo de registro cadastral do PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS - LICITANET.

5.8.2 - A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, poderão ser comprovadas por meio de prévia e regular inscrição cadastral no **HABILITA-NET**, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

5.8.3 - Para a habilitação neste Pregão, o licitante deverá estar regularmente registrado no **HABILITA-NET**, devendo cadastrar os documentos que se encontram elencados na Cláusula V.

VI - DOS PROCEDIMENTOS:

6.1 - Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de informática, que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o (a) Pregoeiro (a) e total transparência dos resultados para a sociedade, por meio da Rede Mundial de Computadores - *Internet*. O sistema em referência utilizará recursos de criptografia e de autenticação, conforme determina a Lei Federal nº 10.520/2002.

6.2 - A realização do procedimento é de competência do (a) Pregoeiro (a) nomeado (a) por esta Administração Pública, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar, supervisionar e dirigir os trabalhos da Equipe de Apoio;
- b) Responder e solucionar as questões propostas pelos interessados, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços, inclusive àquelas processadas por sistema de informática;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas, advertindo os licitantes sobre a desclassificação das propostas por preço excessivo ou manifestamente inexequível;
- e) Desclassificar propostas, indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em 1º (primeiro) lugar;
- h) Proclamar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a admissibilidade dos recursos de forma motivada;
- j) Elaborar a ata da sessão, assinando o seu termo;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologação da presente

licitação.

6.3 - CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS - LICITANET

- a) A participação do licitante no Pregão Eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da plataforma eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- b) O acesso do licitante ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e a assinatura de contrato junto ao **PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS - LICITANET**.
- c) O *login* e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto ao **PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS - LICITANET**, ou canceladas por solicitação do licitante.
- d) A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao *e-mail*: <contato@licitanet.com.br>, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.
- e) É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao **PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS - LICITANET** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- f) O cadastramento do licitante junto a plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

6.4 - O (A) Pregoeiro (a), conjuntamente com a Equipe de Apoio, dará sequência ao processo de Pregão, atendendo **rigorosamente** às normas do Edital e, também, a legislação em vigor.

6.5 - Os licitantes interessados aptos a participarem do certame deverão confirmar, em campo específico do sistema, durante o envio das propostas iniciais, que cumprirão plenamente os requisitos de habilitação contidos no Edital, bem como aceitarão **irrestritamente** todos os seus termos.

6.5.1 - **O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema**

eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5.1.1 - O prazo de validade da proposta será considerado como 60 (sessenta) dias.

6.5.2 - O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irretratável de concluir a negociação nos valores e condições do referido lance, o qual responderá por quaisquer prejuízos à Administração, em caso de desistência, nos termos do Edital.

6.5.3 - O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 10.313/2007, atendendo ao direito de prioridade para a **Microempresa e Empresa de Pequeno Porte** para efeito do desempate quando verificado ao final da fase de lances (disputa de preços), e ainda observado disposto no item 6.15.2 e seus subitens.

6.6 - Os licitantes interessados deverão inserir, no sistema, suas propostas iniciais, até a data e horários definidos no preâmbulo deste Edital.

6.7 - Em sendo o licitante classificado pelo (a) Pregoeiro (a), poderá participar da sessão de disputa de preços, na data e horários definidos no preâmbulo deste Edital.

6.7.1 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as respectivas regras de aceitação.

6.7.2 - Serão aceitos lances cujos valores forem superiores ao último que tenha sido anteriormente registrado na plataforma eletrônica, e somente lance inferior ao último ofertado por ele e registrado no sistema - lance intermediário.

6.7.3 - Não serão aceitos duas ou mais propostas de igual valor, prevalecendo aquela que for recebida e registrada em primeiro lugar.

6.7.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado, vedada à respectiva identificação.

6.7.5 - A etapa de lances da sessão pública, prevista em Edital, será finalizada mediante aviso de fechamento eminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes.

6.8 - O sistema possuirá campo próprio para que a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte declare que apresenta restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal, declarando que atende às demais exigências da habilitação, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor.

6.9 - O (A) Pregoeiro (a) desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital, bem como as que ofertarem preços manifestamente inexequíveis.

6.9.1 - Consideram-se INEXEQUÍVEIS as propostas comprovadamente inviáveis, em razão dos custos dos insumos das mercadorias serem incoerentes e incompatíveis com a execução plena e eficiente do objeto licitado dada às condições e exigências especificadas no Edital.

6.10 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o (a) Pregoeiro (a) dará sequência ao processo de Pregão, na data e horário definidos no Edital.

6.11 - O critério de julgamento das propostas será o **menor valor global**, conforme especificado no Anexo I.

6.12 - O valor inicial dos lances corresponderá ao menor preço, desde que exequível ofertado na etapa de propostas.

6.12.1 - No caso de nenhum licitante apresentar lance na respectiva etapa, considerar-se-ão os valores obtidos na etapa de propostas. Havendo empate de preços será considerada como vencedora a proposta registrada em primeiro lugar.

6.13 - A duração da etapa de lances será da seguinte forma:

6.13.1 - Iniciada a disputa, o **tempo normal** de lances será de no mínimo 10 (dez) minutos, sendo facultado ao Pregoeiro, após este prazo o encerramento do referido tempo, a qualquer momento.

6.13.2 - Ao término do tempo normal estipulado, o (a) Pregoeiro (a) encerrará o mesmo e o sistema emitirá um aviso na tela no seguinte teor: *“Aviso de iminência - o tempo aleatório irá iniciar dentro de 02 (dois) minutos. Boa sorte!”*.

6.13.3 - Inicia-se, assim, o tempo “extra” no modo “randômico” (aleatório), que pode variar de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, conforme controle automático realizado pelo próprio programa.

6.13.4 - **Em face da impossibilidade de determinação do tempo aleatório, recomenda-se aos licitantes estabelecer o valor mínimo de lance, evitando assim frustração por falta de tempo hábil para calculá-lo e apresentá-lo durante o tempo aleatório.**

6.14 - Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preço inexequível ou excessivo) poderá tê-lo cancelado pelo (a) Pregoeiro (a) por meio de

sistema.

6.14.1 - Na tela, será emitido um aviso e, na sequência, o (a) Pregoeiro (a) justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes.

6.15 - Após o referido tempo adicional, o sistema encerrará com as considerações finais do (a) Pregoeiro (a).

6.15.1 - O sistema informará a proposta de menor preço e identificando o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

6.15.2 - Quando for o caso, para efeito de julgamento, será observado e aplicado o seguinte procedimento, disposto na Lei Complementar nº 123/2006:

6.15.2.1 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

6.15.2.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

6.15.2.2 - O sistema identificará se existe empresa em condição de empate, e automaticamente dispara a seguinte mensagem: *“Fornecedor: *** seu lance está dentro da margem de 5%, conforme dispõe a LC 123/06, sendo assim, será aberto a partir deste momento o tempo de 3 minutos para cobrir o lance vencedor.”*

6.15.2.2.1 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.15.2.2.2 - O prazo de 03 (três) minutos é decadente e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verificará se há outra Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte em situação de empate realizando o chamado de forma automática, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.15.2.2.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem em situação de empate, será convocada a empresa cuja proposta foi recebida e registrada em primeiro lugar para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

6.15.2.2.3.1 - Não havendo outra empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao (à) Pregoeiro (a) dar encerramento à disputa do lote.

6.15.3 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 6.15.2 e seus subitens, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.15.4 - O disposto no item 6.15.2 e seus subitens somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

6.15.5 - Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n° 123/2006, para nenhum efeito legal a pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer dos incisos do seu artigo 4º, § 3º.

6.16 - Terminada a disputa de preços, o autor do menor lance, classificado como arrematante, deverá:

6.16.1 - Encaminhar SOMENTE a cópia da proposta de preços ajustada, contendo preço unitário e global com até 03 (três) casas decimais, bem como a marca e modelo, pelo e-mail: <licitacao@codiub.com.br>, no prazo de 30 (trinta) minutos após o término da disputa de preços, para que o Pregoeiro possa verificar a conformidade com o preestabelecido neste Edital, devendo ser encaminhado posteriormente o original, conforme subitem 6.16.2.

6.16.1.1 - No caso de preços (unitário e global) com número de casas decimais superior a 03 (três) dígitos, ao (à) Pregoeiro (a) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no subitem 6.16.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo.

6.16.2 - Efetuar a entrega, em até 02 (dois) dias úteis, dos documentos de habilitação, bem como a proposta de preços ajustada (documento original). A entrega deverá ser aos cuidados do (a) Pregoeiro (a), no Departamento de Compra e Licitações da Codiub, situado na Avenida Dom Luiz Maria de Santana, n° 146 - Bairro Santa Marta, CEP 38061-080 - Uberaba/MG.

6.16.2.1 - A proposta de preços e as declarações deverão ser assinadas pelo (s) representante (s) legal (is) da empresa, devidamente autorizado (s). Caso não conste no Contrato Social, deverá ser juntada a procuração assinada pelo representante legal.

6.17 - O licitante somente será DECLARADO VENCEDOR no momento em que for analisada e aprovada a sua documentação e proposta de preço.

6.17.1 - Em se verificando qualquer irregularidade com a documentação mencionada, excetuada a fiscal, será concedido o prazo de **até 02 (dois) dias úteis** para realizar sua adequação aos termos do Edital, sob pena de inabilitação, bem como incidir às demais sanções impostas no Edital.

6.18 - Após a conferência e consulta “ON-LINE” do **HABILITA-NET**, e se os documentos comprobatórios de habilitação estiverem de acordo com o solicitado, será declarado o (s) licitante (s) vencedor (es) do lote/item e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso. Sendo que nesse momento ficará franqueada a todos os licitantes a consulta dos documentos cadastrados no **HABILITA-NET** do (s) licitante (s) vencedor (es) do lote/item.

6.18.1 - Caso o licitante não esteja cadastrado no **HABILITA-NET** ao final da disputa de preços, será concedido o prazo de no máximo de 24 (vinte e quatro) horas para fazê-lo e de 48 (quarenta e oito) horas para encaminhar os documentos à Codiub, ou postar via Correio.

6.18.2 – No caso e ocorrência do item 6.18.1, ao final da disputa, o Pregoeiro, ao conceder o prazo de 24 horas, registrará no chat a data e horário para que todos possam acessar o chat e verificar a documentação no **HABILITA-NET**. As empresas deverão estar conectadas na data e horários marcados, para que possam verificar se dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas foram cadastrados os documentos das concorrentes e assim, caso haja interesse, manifestar intenção de recurso ao ser aberta esta fase. A empresa que não se conectar no horário definido pelo Pregoeiro, decairá do direito de manifestar intenção de recurso posteriormente.

6.19 - Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer dentro do prazo de **03 (três) minutos** clicando no botão **RECURSO**. Sendo que o licitante deverá manifestar em local próprio sua intenção com registro da síntese das suas razões.

a) Ao (À) Pregoeiro(a) caberá o juízo de admissibilidade.

a.1) Não serão recebidos recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for suficientemente justificada e fundamentada a intenção de interpor o recurso pelo licitante;

b) Aceito o recurso pelo (a) Pregoeiro (a), será facultado ao licitante juntar memoriais no prazo de **03 (três) dias úteis**.

c) Aos demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

6.19.1 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

6.19.2 - Os recursos contra decisões do (a) Pregoeiro (a) não terão efeito suspensivo;

6.19.3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos

insuscetíveis de aproveitamento;

6.20 - Declarado o licitante vencedor pelo (a) Pregoeiro (a), e estando superada a fase de recurso, o objeto será adjudicado a ele, sendo o processo encaminhado à autoridade superior para homologação.

6.21 - A decisão do (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio e os eventos ocorridos estarão consignados em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico.

6.22 - Os licitantes deverão consultar regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

6.22.1 - O acompanhamento dos resultados, recursos e atas pertinentes a este Edital poderão ser consultados no endereço: <www.licitanet.com.br - assistir disputa>, que será atualizado a cada nova fase do pregão.

6.23 - Os licitantes deverão verificar com atenção, os telefones, endereços e *e-mail* para contato, constantes neste Edital.

VII - DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

7.1 - O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

7.2 - Deverão estar incluídas, no preço do objeto, todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

7.3- O pagamento dos serviços executados será efetuado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal/ fatura que deverá ser entregue a CONTRATANTE até o 5º dia do mês subsequente ao da efetiva execução dos serviços, sendo de 10 (dez) dias o prazo para a mesma efetuar o pagamento, contados da data de entrega, aceitação e certificação da Nota Fiscal

7.4 - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviço ou documento equivalente - NF-e - deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao *e-mail*: <codiub@codiub.com.br>, todavia, as mercadorias serão encaminhadas juntamente com nota Fiscal de simples remessa.

7.5 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus o licitante vencedor.

7.6 - A nota fiscal só será liberada quando estiver em total conformidade com as especificações.

7.7 - No caso de não haver o pagamento na data prevista no subitem 7.3, por culpa da Codiub, o valor poderá ser corrigido pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.

7.8 - A despesa referente ao fornecimento terá a conta contábil nº 3.1.1.1.02.0004 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

7.8.1 - Fonte de recursos: Próprios.

7.9 - O licitante vencedor deverá fornecer, juntamente com a documentação, declaração da qual conste o número da conta corrente, agência e nome do banco para respectivo pagamento.

7.10 - A fatura somente será paga se estiver devidamente acompanhada da Certidão de Regularidade de Débitos Municipais, Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual. Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e o necessário de acordo da diretoria competente.

VIII - DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA CODIUB:

8.1 - Acompanhar e fiscalizar, por meio de prepostos designados pela Codiub, a execução da entrega objeto deste Edital.

8.2 - Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do serviço, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo da entrega executada.

8.3 - Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste Edital.

8.4 - A Codiub, por meio de representantes e a qualquer tempo, terá acesso à inspeção, verificando as condições de atendimento à proposta.

IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 - Executar os serviços pactuados, de conformidade com os parâmetros delineados na proposta apresentada, Contrato e aos rigores previsíveis em normas de regência.

9.2 - Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente de qualquer descumprimento, sem prejuízo da fiscalização a ser exercida pelo CONTRATANTE.

9.3 - Substituir qualquer empregado ou subcontratado de conduta inconveniente ou desempenho profissional prejudicial à execução dos serviços.

9.4 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente a Codiub ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização.

9.5 - Cientificar a Codiub do andamento do serviço, quando for o caso.

9.6 - O licitante vencedor deverá manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/1993.

X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 - Integram o presente Edital: Anexo I – Termo de Referência; o Anexo II– Modelo de Proposta Comercial, o Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o Anexo IV - Modelo de Declaração de Não Emprego a Menor e o Anexo V – Declaração de Quadro Societário, Anexo VI Minuta da ata e VI I- Minuta do Termo de Contrato de Prestação de Serviços.

10.2 - É facultado ao (à) Pregoeiro (a), em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório (artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993).

10.3 - Fica ressalvado à Codiub, do qual se dará plena ciência aos licitantes, revogar ou anular a presente licitação, desde que observadas as disposições legais pertinentes (Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal).

10.4 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a apresentação das propostas, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo do direito de representação perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

10.4.1 - Decairá do direito de impugnar as falhas ou irregularidades que viciariam os termos do edital de licitação, perante a Codiub, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a apresentação das propostas, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

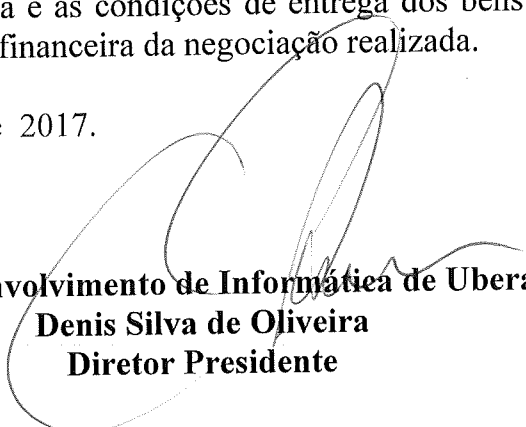
10.4.2 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.5 - Qualquer outro esclarecimento ulterior necessário será prestado junto ao Departamento Compras e Licitações, de segunda à sexta-feira, no horário das 12 às 18 horas, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do procedimento licitatório, ou pelo telefone (34) 3319-6914 ou pelo *e-mail*: <licitacao@codiub.com.br>.

10.6 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS - LICITANET** e as especificações constantes deste Edital prevalecerão as últimas.

10.7 - Não cabe ao **PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS - LICITANET** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo licitante com a Codiub, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

Uberaba/MG, 08 de maio de 2017.



Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - Codiub
Denis Silva de Oliveira
Diretor Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

A contratação de “solução integrada de gestão de documental e de processos eletrônicos com uso de certificados digitais” com fornecimento *de licença de uso de portal de assinaturas eletrônicas web para documentos eletrônicos e documentos digitalizados*, conforme especificações.

2. JUSTIFICATIVA

Um dos grandes problemas da administração pública é o controle e guarda de documentos oficiais da gestão de seus administradores.

Com a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF - LC 101/2000) e a Lei da Transparência (LC 131/2009), a prestação de contas dos administradores públicos transcende o período do mandato. Com o elevado número de documentos que naturalmente marca uma gestão municipal, os administradores ficam vulneráveis no controle do seu arquivo. Alia-se a esse cenário as fraudes internas, acidentes nos arquivos como enchentes, pragas, incêndio dentre outros. Destaca-se o texto da Lei da transparência:

“Art 48 – Paragrafo único -

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;”

O uso da tecnologia para gestão documental associado a certificação digital tem sido a melhor prática adotada por organizações que buscam a melhoria do controle e transparência dos processos e se apresenta como ferramenta ideal para o gestor público cumprir a lei, com o menor custo, celeridade e segurança contra fraudes e ainda

atendendo aos apelos da sustentabilidade, diminuindo o consumo e a impressão de papel.

A guarda dos arquivos em forma digital integrada com a certificação digital, para garantir a validade jurídica e a integridade do mesmo, é a solução ideal para o gestor que busca segurança e baixo custo tendo ainda a eficiência na guarda e busca dos arquivos.

A demanda apresentada atualmente pela CONTRATANTE apresenta o seguinte propósito:

- a) Criar documentos eletronicamente e válidos juridicamente pelo sistema de gestão da prefeitura, de rotina e expedição diária do gabinete do prefeito e de suas secretarias, que em vez de serem impressos em várias vias, serão assinados eletronicamente com certificado ICP Brasil e enviados automaticamente para o seu fluxo de trabalho para publicação no site da Prefeitura ou enviados de forma eletrônica ao seu destinatário final, de forma simples, integrado ao sistema e acessados por um portal WEB específico e com um contexto próprio da gestão municipal, facilitando ao usuário. Essa solução representa uma economia impactante para a administração pública, eliminando a necessidade de impressão de elevado volume de papel para documentos públicos e em relatórios de prestação de contas obrigatórios, dentre outros. Atualmente, a crescente demanda pela conveniência, comodidade e agilidade na execução de serviços, acessos e assinatura de documentos, impõe que as execuções destes processos sejam realizadas também em dispositivos móveis. Esta solução, integrada à tecnologia de certificação digital, permite a assinatura digital de informações sensíveis ao negócio por meio da utilização de certificado digital em dispositivo móvel.

3. DOS SERVIÇOS

A solução a ser fornecida deverá ser completa e atender aos tópicos elencados a seguir, de maneira global:

1. Disponibilização de licença anual de Software de assinatura eletrônica web

2. Desenvolvimento e Consultoria de processos integrados ao sistema de assinaturas (banco de horas)
3. Solução de Carimbo do tempo ICP-BR em documentos assinados eletronicamente (protocolo eletrônico) .

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A contratada ficará a cargo de fornecer a solução de assinatura de documentos eletrônicos e digitalizados, em plataforma WEB com os seguintes requisitos funcionais mínimos:

- Todas as ferramentas que compõem a SOLUÇÃO INTEGRADA de Assinatura Digital e Eletrônica de Documentos, doravante denominada simplesmente de Solução, deverão estar integradas entre si e serão complementares em suas funcionalidades.
 - Todos os acessos à solução devem ser feitos de forma segura, havendo sigilo, autorização, autenticação e integridade no tráfego de informações.
 - O Login deverá ser feito através de certificado digital
 - A solução deverá proporcionar layout amigável e autoexplicativo.
 - A solução deverá disponibilizar carimbo do tempo com data e hora da assinatura do documento.
- Acesso a Solução
 - A identificação do usuário para acesso a Solução deverá poder ser efetuada por através de certificado digital padrão ICP-Brasil e por usuário e senha. Dever ser permitido bloquear um usuário e/ou certificados associados, impedindo o acesso e assinatura digitais indevidas.
 - Deverá possuir uma única chave de acesso por usuário. O sistema não deverá ter limite para cadastro de usuários e número de usuários ativos e de uso simultâneos.

- Em caso de acesso com usuário e senha, deverá exigir a digitação de um valor randômico (tipo captcha) para "teste de Turing público completamente automatizado para diferenciação entre computadores e humanos".
- Deverá fazer login único para toda a solução, independente da quantidade de módulos que a compõe, permitindo o acesso a todas as transações disponíveis para a chave do usuário.
- O acesso do usuário, cliente da CONTRATANTE, à Solução deverá ser realizado por senha a ser gerada quando o usuário for cadastrado pela CONTRATANTE no portal de assinatura digital.
- Permissões de Acesso
 - Possibilitar atribuir e alterar as permissões de acesso aos usuários da Solução (exemplo: Administrador, Autorizador, Consulta, etc.) restringindo ou liberando o acesso de usuários as funcionalidades da Solução.
- Opções de assinatura digital
 - A solução deverá realizar assinaturas digitais de acordo com os formatos padronizados de assinatura digital estabelecidos pela ICP-Brasil através do DOC-ICP-15.
- A solução deve suportar os seguintes formatos de assinatura digital previstos na ICP-Brasil:
 - Assinatura Digital com referência básica (AD-RB);
 - Assinatura Digital com referência de tempo (AD-RT);
- O documento original poderá ou não estar presente no pacote assinado (attached/detached) e poderá possuir qualquer formato (PDF, Word, Excel, etc.).
- Outras características:
 - Aceitar e-CPF e e-CNPJ;
 - Fazer validação completa do certificado digital utilizado, no momento da assinatura / autenticação de usuário (login);
 - Consultar às listas de certificados revogados (LCR/OCSP) de todas as Autoridades Certificadoras credenciadas pela ICP-Brasil;
- Autorizador

- Possui um tipo especial de usuário que poderá, dependendo da configuração efetuada, agir como um conferidor / aprovador de documentos eletrônicos a serem assinados.
- A figura do Autorizador poderá Autorizar ou Rejeitar um documento. O Autorizador não assina o documento.
- Workflow de Assinaturas
 - Disponibilizar facilidades para controlar o fluxo de coleta das assinaturas de um documento:
 - Permitir definir tipos padrões de documentos, com definição de partes comuns que irão assiná-lo;
 - Permitir definir a sequência de assinaturas pelas partes;
 - Permitir definir a sequência de assinaturas das pessoas dentro de cada parte;
 - Flexibilidade para incluir ou excluir partes em um documento ou pessoas dentro das partes;
 - Possibilitar incluir pessoas para apenas acompanhar, assinar ou ambos;
 - Enviar notificações para as pessoas seguindo a ordem de assinaturas definida para o documento;
 - Avisar as partes quando o documento está vigente (todas as assinaturas necessárias foram colhidas);
 - Permitir definição de quantas assinaturas serão necessárias para cada uma das partes;
- Pesquisa de Documentos
 - Disponibilizar filtros para que os documentos possam ser consultados:
 - Tipo de documento;
 - Status do documento;
 - Data de criação;
 - Status de aprovação;
 - Área responsável;
- Consultas e Relatórios:

- A Solução deverá permitir o acompanhamento do fluxo de assinatura de cada documento, a fim de identificar o andamento do processo de forma individualizada. O acesso à consulta de detalhamento do fluxo de assinaturas será permitido, de acordo com a parametrização definida pelo administrador, podendo ser alterada de maneira amigável.
- A Solução deverá permitir a consulta de cada documento, informando quais assinaturas já foram concluídas e quais estão pendentes.
- Rastreabilidade
 - Deverá permitir o registro de todas as atividades de gestão de acesso (criação, alteração e exclusão de chaves e perfis de acesso, e concessões e bloqueios de acesso), permitindo a guarda de histórico por no mínimo 2 anos.
 - Deverá permitir a consulta, geração de arquivo e emissão de relatórios de histórico de atividades de gestão de acesso.
 - Deverá permitir o registro de todas as atividades de acesso e alteração de dados no sistema, permitindo a guarda de histórico por no mínimo 2 anos.
 - Deverá permitir a consulta, geração de arquivo e emissão de relatórios de histórico de atividades de acesso e alteração de dados no sistema.
 - Deverá permitir o registro de todas as atividades de login/logout no sistema (tentativas com sucesso e sem sucesso), permitindo a guarda de histórico por no mínimo 2 anos.
 - Deverá permitir a consulta, geração de arquivo e emissão de relatórios de histórico de atividades de login/logout no sistema.
- Controle Financeiro
 - A solução deve permitir que o usuário tenha controle financeiro completo dos serviços utilizados, disponibilizando consultas e relatórios:
 - ✓ Consulta de saldo;
 - ✓ Extrato de movimentação;
 - ✓ Controle financeiro por centro de custos.

- O processo de controle financeiro deve estar disponível tanto para a movimentação do CONTRATANTE da solução quanto para seus relacionamentos do grupo a que pertence.
- Estruturação, Organização e Produtividade
 - A Solução deve permitir à CONTRATANTE organizar seus clientes, relacionamentos, documentos e representantes de modo a garantir a melhor produtividade possível:
 - Permitir a CONTRATANTE da Solução cadastrar todos os seus relacionamentos (Fornecedores, clientes, Parceiros, clientes associadas), pessoas físicas ou jurídicas;
 - Permitir que o CONTRATANTE da Solução e cada um de seus relacionamentos tenham seus representantes associados, sendo ainda permitido que uma pessoa represente um ou mais relacionamentos;
 - Permitir que os documentos sejam assinados por um ou mais relacionamentos e cada relacionamento pode ter uma ou mais pessoas assinando o documento;
 - Permitir que uma pessoa represente mais de um relacionamento e assine um mesmo documento em nome de relacionamentos distintos. Uma mesma pessoa não pode assinar um documento mais de uma vez representando o mesmo relacionamento;
 - A Solução deve ser parametrizável permitindo que a CONTRATANTE a utilize da forma que melhor lhes convier sem a necessidade de alterações no software ou intervenções da equipe de suporte/desenvolvimento do fornecedor.
 - A Solução a ser contratada deve estar disponível para uso imediato com todas as funcionalidades exigidas, excluindo-se eventual adequação da Solução à identidade visual da CONTRATANTE.
- Integração

- Disponibilizar API's WEB que permitam aos sistemas legados da CONTRATANTE se integrar à Solução tornando possível automatizar, no mínimo, as seguintes tarefas:
 - Incluir documentos, funcionários e fornecedores;
 - Definir workflow de obtenção de assinaturas;
 - Consultar status de documentos/processo de workflow; fazer download de documentos;
 - Excluir documentos;
 - Bloquear usuários e remover usuários.
- A integração entre aplicações externas e a solução deve ser feita de forma segura, havendo sigilo, autorização, autenticação e integridade no tráfego de informações nos casos em que a CONTRATANTE julgar necessário.
- A Solução deve poder ser adequada à identidade visual da CONTRATANTE.
- Integridade - Proteção de dados:
 - Deverá prover ambientes segregados para homologação e produção;
 - Deverá prover ambiente separado para treinamento;
 - Deverá garantir que os processos de carga de dados sejam consistentes e gerenciáveis, permitindo a monitoração de falhas para correção;
- Disponibilidade
 - Deverá prover mecanismos para realização de cópias de segurança, atendendo os requisitos de negócio relacionados a tempo de retenção da cópia e tempo de recuperação da falha;
 - Deverá prover documentação e procedimentos para recuperação das cópias de segurança em ambiente segregado (Produção -> Homologação), regulamentando a realização de testes periódicos;
- Compatibilidade técnica:

A solução deve ser compatível com os seguintes programas:

 - SQL Server 2012 ou superior;
 - Windows Server 2012 ou superior;

- Servidor Web IIS 8 ou 8.5;
- Framework .NET 4.5;
- Java SE Development Kit 7, Update 51 (JDK 7u51);
- Java SE Runtime Environment 7u51.
- Segurança da informação
 - Deverá conter processos para Auditoria e Monitoramento Eletrônico;
 - Registrar os eventos relevantes (significativos) de segurança na utilização do sistema (inserção, exclusão ou alteração de dados ou registros contendo informações críticas), de acordo com as características de logs providas pelo servidor de aplicação compatível a arquitetura tecnológica da CONTRATANTE.
 - Possibilitar o registro da criação e a remoção de usuários, bem como a atribuição e a remoção de permissões do usuário no sistema.
 - Contemplar proteção contra remoção sem registro e/ou alteração dos logs de eventos (trilha de auditoria) por parte de todos os usuários.
 - Prover interface para acesso/consulta à trilha de auditoria de forma automatizada ou manual, por meio de pesquisas avançadas (por usuário, data, horário, tipo de evento, palavra-chave, etc.).
 - Deve dispor de mecanismos que evitem a interrupção de coleta de eventos para a trilha de auditoria nos casos de exaustão/utilização total do espaço disponível para armazenamento de "logs". (*exemplo de mecanismos: políticas de prazo máximo de retenção de eventos, ou processo automatizado de rotacionamento/substituição de eventos mais antigos.)
 - Quanto ao backup, restore e recuperação de sistemas, a solução deve contemplar definições/procedimentos de segurança para execução de rotinas de backup (cópia de segurança) de dados e aplicação a serem adotadas pela fornecedora que possam garantir a recuperação da solução em caso de contingência.
 - A solução deve possibilitar a proteção contra quebra de confidencialidade e integridade dos dados sensíveis/críticos para o negócio enviados para outros

- sistemas e/ou módulos. Caso a plataforma adotada seja WEB, utilizar Certificado Digital válido para transações em HTTPS.
- Para o caso de aplicação/ferramenta hospedadas na infraestrutura tecnológica da CONTRATANTE a fornecedora deverá disponibilizar as diretrizes ou regras de arquitetura utilizadas para garantir os requisitos mínimos de segurança do sistema.
 - O sistema deve utilizar variáveis de sessão, bancos de dados ou "cookies" criptografados para armazenar informações de acesso de usuários, evitando que estes dados possam ser obtidos, alterados e utilizados para burlar algum controle de acesso.
 - O sistema deverá prever que as verificações e validações de segurança sejam realizadas no servidor, para evitar que uma estação de trabalho que tenha seu browser comprometido por meio de códigos maliciosos, possa burlar os controles de acesso ao sistema.
 - O sistema deve garantir a integridade temporal e a eficácia probatória do momento que o ato da assinatura ocorreu (data e horário), baseada na hora oficial brasileira de acordo com a norma do ITI (Carimbo de Tempo na ICP Brasil).
 - Ferramentas de verificação de assinaturas digitais e validade de documentos assinados.
 - A solução deve possuir um módulo próprio para verificação de assinatura digitais, esse módulo fornece informações sobre assinatura, certificados, políticas e Lista de Certificados Revogados (LCR)
 - A solução deve oferecer a opção de gerar um manifesto no documento com informações complementares como indicação de link na web inserida no rodapé ou lateral do documento para verificação de assinatura digital.
 - A solução deve oferecer a opção de gerar um manifesto no documento com informações complementares como indicação Código de barra com o número protocolo da assinatura digital.

- A solução deve oferecer a opção de gerar um manifesto no documento com informações complementares como geração automática e individualizada de um QRcode com o link de verificação de assinatura digital.
- Mobilidade.
 - A solução deve oferecer um site responsivo no momento da assinatura digital, que mude a sua aparência e disposição com base no tamanho da tela em que o site é exibido.
 - A solução deve oferecer API's para ser consumidas em APP's para dispositivos móveis.
 - A solução poderá utilizar e ser compatíveis com certificados digitais armazenados em dispositivos móveis, através do APP Mobile ID.
 - A solução deve disponibilizar versão APP com funcionalidades de assinatura e verificação de documentos assinados acessando diretamente um certificado armazenado em dispositivos móveis.
- Soluções de assinatura eletrônica

A solução deve oferecer como opção assinatura eletrônica, que acontece através de recolhimento de uma imagem no ato da assinatura do documento digital. Com as seguintes características:

 - Possível integrar com prestador de SMS como mecanismo de autorização para recolher a assinatura eletrônica.
 - Fornece GPS, IP e IMEI do dispositivo móvel mediante a autorização do assinante.
 - Garantir a tempestividade e integridade do documento digital através de um carimbo de tempo emitido dentro das normas da ICP Brasil.
 - Suporte Técnico

A contratada deve oferecer suporte técnico através dos seguintes canais:
Telefone, e-mail e atendimento com solução WEB.

Treinamento e Instalação

Instalação e Configuração do Software de Assinatura Eletrônica Web

A CONTRATADA deve instalar e configurar o software de assinatura eletrônica no ambiente da CONTRATANTE.

Treinamento

O treinamento deve ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, e tem duração mínima de 24hs, após a capacitação o usuário deve estar apto a operar o sistema da CONTRATADA.

Desenvolvimento e Consultoria (banco de horas)

A CONTRATADA deve prestar serviços de consultoria especializada, para o planejamento, desenvolvimento, implantação e acompanhamento de soluções processuais que envolvem certificação digital e digitalização.

A CONTRATANTE deve ter um banco de horas a combinar com a CONTRATADA para executar os serviços citados acima.

O Serviço de Carimbo do tempo ICP Brasil para as assinaturas digitais

O presente tópico tem como objetivo a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Certificação Digital, segundo as normas e especificações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para fornecimento de serviço de emissão de carimbo de tempo ICP-Brasil para assinatura de longa duração.

Suporte e Manutenção

- A CONTRATADA deverá propor a manutenção anual e atualização do software no período de vigência do contrato com valores e condições estabelecidas em destaque.
- A CONTRATADA deverá propor a suporte técnico do software do software no período de vigência do contrato. Esse serviço de suporte deverá contemplar o seguinte destaque no quadro de chamados técnicos: (SLA):
 - Caracterização do chamado: data e horário a partir do qual a CONTRATADA comprovadamente seja acionada, através de WEB ou telefone;

- Paralisação total: paralisações do Portal que impossibilitem por completo a sua utilização;
- Paralisação parcial: paralisação ocasionada por falhas no Portal que, embora permitam a utilização de algumas de suas funções, prejudiquem a performance do mesmo;
- Resposta inicial: limite de tempo, a partir da abertura do chamado, que a CONTRATADA terá disponível para enviar comunicação à CONTRANTE, informando que tomou conhecimento do chamado e está providenciando as soluções necessárias para o problema;

Tempo de Resposta		
Tipo de Demanda	Tempo Máximo	Descrição
Severidade 1	4 horas úteis	Primeiro contato para atendimento do chamado
Severidade 2	8 horas úteis	
Severidade 3	16 horas úteis	

- Tempo de Resposta: Após a abertura do chamado, será apresentada uma solução em um prazo pré-determinado, conforme descrito na tabela a seguir:

Tempo de Solução		
Tipo de Demanda	Tempo Máximo	Descrição
Severidade 1	3 dias úteis	Finalização do chamado
Severidade 2	5 dias úteis	
Severidade 3	10 dias úteis	

- Definição das Severidades

NÍVEL DE CRITICIDADE	DEFINIÇÃO
Severidade 1	Paralisação ou falha no sistema que possa ocasionar prejuízos à Contratante.
Severidade 2	Falha no produto contornável com outras ações dentro do sistema.
Severidade 3	Falha que não impossibilita o uso do sistema.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, a CONTRATANTE deverá:

5.1.1 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados;

5.1.2 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

5.1.3 Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto a continuidade da prestação dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não devem ser interrompidas;

5.1.4 Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato;

5.1.5 Disponibilizar, pelo menos, 05 (cinco) pontos de rede e elétrico no local de instalação dos equipamentos.

5.1.6 Indicar as áreas onde os serviços serão executados;

5.1.7 Prestar informações e os esclarecimentos atinentes a prestação dos serviços que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

5.1.8 Comunicar, oficialmente, à CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da prestação dos serviços.

6.2 Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer fato relacionado ao uso indevido do equipamento, para as providências por parte do Contratante.

6.3 Apresentar relação com endereços, telefones e nome dos responsáveis, para fins de contato para os chamados de manutenções corretivas.

6.4 A CONTRATADA fica obrigada a manter a marca dos equipamentos, salvo nos casos previstos no art. 65, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666/93, tecnicamente justificado e autorizado pelo CONTRATANTE.

6.5 Quando da solicitação por parte da Contratante para realização de instalação, desinstalação, remanejamento e realocação de equipamentos durante a vigência contratual, a contratada deverá executar os serviços no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação,

7 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 Apresentar atestados de “Capacidade Técnica” emitidos por pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove capacidade técnica e desempenho anterior em objeto assemelhado.

7.2 Para a equipe técnica que irá gerenciar e executar os serviços este edital a licitante deve no mínimo comprovar, no ato da licitação, possuir em seu quadro de pessoal pelo menos os seguintes profissionais:

7.3 Um Analista de Sistemas com formação superior completo responsável pela operação do sistema e intervenções técnicas;

7.4 A comprovação do vínculo do profissional indicados acima deve ser através de carteira de trabalho em regime CLT ou pelo contrato social no caso de se tratar de sócio.

7.5 O licitante para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas dos serviços ofertados deverá apresentar folders, catálogos, documentos de modo que se possa comprovar o atendimento das especificações deste Termo de Referência;

7.6 Será exigida na proposta comercial identificação clara e detalhada dos serviços a serem ofertados, contendo especificações técnicas, a quantidade, marca, modelo softwares ofertados. Todas as especificações deverão ser comprovadas através de folders ou catálogos dos produtos.

8 PRAZOS

8.1 Prazo para a entrega e instalação da solução: até 30 dias corridos após a assinatura do contrato.

8.2 O contrato a ser firmado com a CONTRATANTE vencedora da licitação deverá ter um prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, até máximo de 60 (sessenta) meses.

9 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a prestação do serviço mediante relatório de produção e apresentação da Nota Fiscal.

10 PROVA DE CONCEITO

10.1 Após a fase de lances o licitante arrematante deverá apresentar a solução ofertada para avaliação em até 72 (setenta e duas) horas


A prova de conceito da solução de gerenciamento e fluxo de assinatura de documentos deverá ser nos seguintes moldes:

A prova de conceito será baseada nas especificações técnicas dos softwares de solução de assinatura de documentos, será por amostragem, restringindo-se aos requisitos tecnológicos e funcionais previstos. Não serão aceitas, para efeito de comprovação e homologação técnica, declarações da proponente ou do fabricante de que as funcionalidades estão em desenvolvimento ou serão desenvolvidas, bem assim, a simples apresentação de manuais.

Após o procedimento, será elaborado um relatório da homologação técnica, contendo os roteiros ou os planos de testes e a documentação comprobatória de sua realização.

Verificando-se, no curso da análise, o não atendimento de requisitos obrigatórios estabelecidos neste Termo de Referência, a proposta será desclassificada e serão aplicadas as sanções previstas na legislação vigente. Em sequência, será chamada a segunda colocada e, assim sucessivamente, até que seja declarada a vencedora do certame.

Uberaba/MG., 08 de maio de 2017.



Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – Codiub
Luís Fernando Monteiro
Diretor de TIC

**ANEXO II
MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

À
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA -
CODIUB
Pregão Eletrônico nº 002/2017

Itens	Produtos e Soluções	QTD	Unit	Total
1	Software de assinatura eletrônica web - Portal - Licença anual	1		
2	Manutenção anual do software de assinatura - Portal	1		
3	Desenvolvimento e Consultoria - em banco de horas	500		
4	Treinamento e instalação	1		
5	Solução de Carimbo do tempo do observatório nacional em documentos assinados eletronicamente.	600.000		
T O T A L				R\$

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa(nome do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº, com sede no endereço sito à.....(endereço completo do licitante), em cumprimento ao exigido no Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2017, DECLARA, sob as penas da Lei, que é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.443/2008, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate neste procedimento licitatório.

Assim sendo, para os fins que fazem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

Uberaba/MG, de de 2017.

(Nome do licitante e assinatura do representante legal)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante.



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO A MENOR

Ref.: (identificação da Licitação), inscrito no CNPJ nºpor intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº....., e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Uberaba/MG, de de 2017.

(Nome do licitante e assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante.

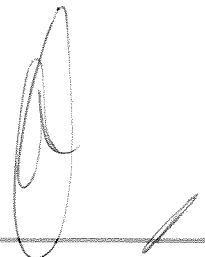
ANEXO V

(MODELO) DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

A empresa (nome do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº, com sede no endereço sito à.....(endereço completo do licitante), em cumprimento ao exigido no Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2017, DECLARA não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação imposta pelo artigo 18, inciso XII, da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo de inteira responsabilidade do licitante vencedor a fiscalização.

Uberaba/MG, de de 2017.

(Nome do licitante e assinatura do representante legal)



**ANEXO VI
MINUTA
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 000/2017**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA - CODIUB, inscrita no CNPJ sob nº 18.597.781/0001-09, com sede nesta cidade de Uberaba/MG, na Av. Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Santa Marta, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, **Denis Silva de Oliveira**, brasileiro, casado, jornalista, inscrito no CPF sob o nº 863.466.526-72 e portador da cédula de identidade nº MG-8.596.814 SSP/MG., domiciliado em Uberaba-MG, e residente na Avenida Mário Almeida Franco, nº 455 CH, Condomínio Residencial Mário Franco, CEP: 38.046-320 e o o Diretor Executivo, **Evaldo José Espíndula**, brasileiro, casado, Administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 431.744.186-15 e portador da cédula de identidade nº M-2.238.996 SSP/MG, domiciliado nesta cidade de Uberaba-MG e residente na Rua Antônio Borges de Araújo, nº 1.005, CEP nº. 38061-050, doravante denominada CONTRATANTE, de outro lado a Empresa -----, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº -----, com sede na Rua -----, nº -----, na cidade de -----/---, neste ato representada pelo -----, brasileiro(a), casado (a), -----, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ----- e portador (a) da cédula de identidade nº ----- SSP/---, domiciliado (a) em -----/----- e residente na -----, nº -----, bairro -----, adiante denominada CONTRATADA, firmam o presente contrato, com Amparo no Pregão Eletrônico nº 002/2017 conforme, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I – DO OBJETO:

1.1- O presente contrato tem por objeto a contratação de “solução integrada de gestão de documental e de processos eletrônicos com uso de certificados digitais” com fornecimento *de licença de uso de portal de assinaturas eletrônicas web para documentos eletrônicos e documentos digitalizados*, conforme Termo de Referência.

II – DA EXECUÇÃO:

2.2 - O prazo máximo para instalação da solução será de no máximo 30 (trinta) dias, corridos, após a data do recebimento da Ordem de Serviço.

III – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato, na proposta apresentada no certame:

- 3.1- Executar perfeitamente os serviços, em conformidade com as Especificações técnicas mínimas, funcionais e de qualidade estabelecidas, observando rigorosamente os prazos fixados.
- 3.2 - Dar ciência a CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 3.3 - Responder por quaisquer despesas de natureza civil, penal, tributária, obrigações trabalhistas seja de natureza extrajudicial ou judicial, previdenciárias, fiscais, acidente do trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego ou trabalho do pessoal próprio ou subcontratado que for designado para a execução dos serviços objeto do contrato.
- 3.4 - Treinar e diligenciar para que seus empregados ou subcontratados tratem com urbanidade os empregados da CONTRATANTE e de seus clientes.
- 3.5- Substituir qualquer empregado ou subcontratado de conduta inconveniente ou desempenho profissional prejudicial à execução dos serviços.
- 3.6- Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente.
- 3.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente de qualquer descumprimento, sem prejuízo da fiscalização a ser exercida pelo CONTRATANTE.
- 3.8- Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, nos termos do Artigo 55, Inciso XIII, da Lei n. 8.666/93, inclusive as condições de cadastramento, que será observado, mensalmente, para se efetuar os pagamentos a CONTRATADA.
- 3.9- Adotar todos os meios necessários de forma a impedir a interrupção da prestação dos serviços.

3.10 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente a Codiub ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização.

IV – DO SIGILO:

4.1- A CONTRATADA obriga-se por si e por seus empregados, e prepostos ou subcontratados a garantir e manter o sigilo sobre todas as informações técnicas, documentos de qualquer espécie e seu conteúdo a que tiver conhecimento pela realização dos serviços.

4.2 - Inobservância do disposto nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA à reparação de danos, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e outras cominações legais.

V – PREÇO DOS SERVIÇOS E SUA REPACTUAÇÃO:

5.1- Os valores contratados, poderão ser repactuados após 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato seguintes motivos:

- a) - variáveis imprevisíveis que venham a exercer impacto na execução e desenvolvimento dos serviços desde que devidamente comprovados.
- b) - Atualização monetária pelo índice acumulado do INPC/IBGE.

VI – FORMA DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento dos serviços executados será efetuado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal/ fatura que deverá ser entregue a CONTRATANTE até o 5º dia do mês subsequente ao da efetiva execução dos serviços, sendo de 10 (dez) dias o prazo para a mesma efetuar o pagamento, contados da data de entrega, aceitação e certificação da Nota Fiscal.

6.2 - A nota fiscal/ fatura não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

6.3 - A fatura somente será paga se estiver devidamente acompanhada da Certidão de Regularidade de Débitos Municipais, Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual. Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e o necessário de acordo da diretoria competente.

VII – INCIDÊNCIAS FISCAIS E ENCARGOS:

7.1- Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, todos os impostos e taxas decorrentes do objeto deste contrato, bem como as contribuições previdenciárias, salários, encargos sociais, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, obrigações extrajudiciais ou judiciais de natureza trabalhista, cível, tributaria, criminal, comercial, gastos com equipamento, montagem de ambiente, transportes e alimentação e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços, seja de pessoal próprio ou subcontratado.

VIII – PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

8.1- Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais doze meses, na hipótese do § 4º do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.2 - O CONTRATANTE poderá, antes do término da vigência, rescindir o presente contrato nas seguintes hipóteses:

8.2.1- o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, exceto se impossibilitado pelo não cumprimento das obrigações do CONTRATANTE.

8.2.2- o cometimento reiterado de faltas ou falhas na execução dos serviços.

8.2.3- a CONTRATADA estar impossibilitada de prestar os serviços em conformidade com as Especificações Mínimas constantes do Contrato.

8.2.4- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste CONTRATO.

8.2.5- a decretação de falência, recuperação judicial ou insolvência civil da CONTRATADA.

8.2.6- dissolução da sociedade CONTRATADA.

8.2.7- por razões de interesse público, desde que justificadas e determinadas pela autoridade competente, exaradas em respectivo processo administrativo.

8.2.8- caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada.

8.2.9 - Nos casos de eventuais rescisões com base nos motivos estabelecidos nas alíneas 8.2.7 e 8.2.8 acima, sem que haja culpa ou concorrido o CONTRATADO, a CONTRATANTE deverá ressarcir-lo de todos os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

8.2.10 - A CONTRATADA, nos termos do § 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, terá direito aos pagamentos pendentes de recebimento.

8.3 - O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias por qualquer uma das partes, devidamente protocolada.

8.4 - A rescisão do contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, retenção dos créditos dele decorrentes, até o limite dos prejuízos causados, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e em Lei, até a completa indenização dos danos.

IX – AUDITORIA:

9.1- A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização dos serviços contratados, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, inclusive as de natureza técnicas relativas aos serviços, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo as observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

X – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1- Pelo não cumprimento, total ou parcial, das obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados, estará sujeita às sanções dispostas no art. 87 da Lei 8.666/93, na rescisão contratual motivada pela CONTRATADA.

XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

11.2 Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias à contratação, inclusive o registro do respectivo instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, se for o caso.

XII – DO FORO:

12.1 As partes elegem o foro da Comarca de Uberaba - MG, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que também o subscrevem.

Uberaba/MG., --- de --- de 2017.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB

Denis Silva de Oliveira
Diretor Presidente

Evaldo José Espíndula
Diretor Executivo

CONTRATANTE

XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunhas:

Márcia Araújo Borges
CPF.: 446.742.106-82

Gledson Humberto de Sousa
CPF.: 947.294.926-68